



# Interesse Público – IP

## Belo Horizonte, ano 18, n. 95, jan./fev. 2016

### Doutrina

#### Artigos

##### **Seção de Direito Constitucional, Administrativo e Previdenciário**

- ◆ Um novo olhar sobre a seleção e a formação de magistrados  
*Táís Schilling Ferraz*
- ◆ Plano (?) Nacional de Educação: a necessidade de estratégias emergentes  
*Weder de Oliveira*
- ◆ Autonomia das universidades: estudo comparativo entre o direito brasileiro e direito italiano  
*Fabício Motta, Eriberto Francisco Bevilaqua Marin*

##### **Seção de Direito Tributário**

- ◆ Racionalidade legislativa como argumento na interpretação da ordem econômica e tributária  
*Henrique Mello*

##### **Seção de Tribunais de Contas (Controle Externo)**

- ◆ Nuances da aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal pelos Tribunais de Contas  
*Luciano Silva Costa Ramos, Diogo Roberto Rimgemberg*

##### **Seção de Direito da Regulação**

- ◆ Direito da regulação: falhas de mercado  
*Juarez Freitas, Manoel Gustavo Neubarth Trindade, Antônio Carlos Machado Volkweiss*
- ◆ Sociedade de riscos e incertezas: o controle judicial sobre as escolhas regulatórias  
*Sérgio Guerra*

### Jurisprudência selecionada

#### Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Supremo Tribunal Federal**  
Reclamação – Ação Direta de Inconstitucionalidade – Servidor público – Concurso público – Defensoria Pública de Minas Gerais – Exoneração dos servidores

integrantes dos quadros da Defensoria Pública Estadual sem a necessária aprovação em concurso público específico para o cargo – Determinada a reintegração dos servidores – Impossibilidade

◆ **Superior Tribunal de Justiça**

Embargos de Divergência – Paradigmas de turma pertencente a outra Seção – Constitucional e Administrativo – Pensão devida a dependente de servidor militar – Fato constitutivo de direito que ocorreu na vigência das Leis n. 3765/60 e n. 6.880/80 – Interpretação histórica – Interpretação sistemática – Interpretação teleológica – Medida Provisória n. 2.215-10/01, que estendeu o direito à pensão até a idade de 24 anos quando estudante universitário o dependente do instituidor

◆ **Superior Tribunal de Justiça**

Processual Civil – Legitimidade da Defensoria Pública para a propositura de Ação Civil Pública em favor dos idosos – Plano de saúde – Reajuste em razão da idade – Abusividade – Tutela de interesses individuais homogêneos – Defesa de necessitados, não só os carentes de recursos econômicos, mas também os hipossuficientes jurídicos

◆ **Superior Tribunal de Justiça**

Administrativo e Processual Civil – Ação Civil Pública – Improbidade Administrativa – Conduta de policiais da Polícia Rodoviária Federal – Ofensa praticada por servidor contra particular que não estava em exercício de função pública nem recebeu repasses financeiros do Estado para esse fim – Ausência de lesão aos cofres públicos e de enriquecimento ilícito – Abuso de autoridade – Conduta que atrai a incidência da Lei nº 4.898/65

◆ **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

Responsabilidade civil do Estado por omissão – Fiscalização sanitária – Ocorrência de omissão específica na realização de fiscalização sanitária depois de denúncias de irregularidades – Envenenamento após ingestão de medicamento – Nexo de causalidade – Dano material não comprovado – Indenização por dano moral – Responsabilidade civil objetiva

◆ **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**

Ação de Desapropriação para fins de reforma agrária – Invasão após a realização da vistoria – Art. 2º, §6º, da Lei n. 8.629/93 – Inexistência de óbice à pretensão expropriatória

**Ementário**

- ◆ Ação Civil Pública
- ◆ Ação Popular
- ◆ Administrativo
- ◆ Concurso Público
- ◆ Constitucional
- ◆ Desapropriação
- ◆ Improbidade Administrativa
- ◆ Meio Ambiente
- ◆ Penal e Processo Penal
- ◆ Previdenciário
- ◆ Poder de Polícia

- ◆ Responsabilidade Civil
- ◆ Servidor Público
- ◆ Tributário